

Risco Brasil despenca *Econômica* e só perde para Chile

Rio — A cotação do Brasil está melhorando lá fora. Em seu relatório de fim de ano, a Standard & Poors, uma das maiores empresas de rating (análise de riscos) do mundo, reclassificou as perspectivas econômicas do País de estáveis para positivas; além de reduzir a taxa de risco para as empresas que querem investir aqui. Em novembro, a Duff and Phelps já tinha revisado sua classificação para o Brasil e, até o fim de janeiro, a Moodys, outra gigante do setor, estará divulgando um relatório em que o País também terá obtido melhor avaliação. É o Risco Brasil que perde a força.

Avaliações internas mostram a mesma tendência. Segundo pesquisa da SDA Sócio Dinâmica Aplicada, o Risco Brasil despencou dos 41 pontos em que esteve parado em meados do ano para 29 pontos em dezembro último (a escala de medição vai de zero a 90 pontos, e 70 é o ponto crítico). É o melhor desempenho já registrado. Com isso, o País saiu da avaliação de risco médio para de risco baixo. Em outro trabalho da SDA, o Brasil está em boa posição no panorama latino, atrás apenas do Chile e mais bem

colocado que México e Argentina.

Usando uma metodologia mais simples do que a do Risco Brasil, a SDA chegou às seguintes cotações na pesquisa comparada: taxa de risco de 35 pontos para o México, de 29 para a Argentina, 15 para o Brasil e 12 para o Chile. Entre os itens estudados pela empresa, destacam-se desempenho econômico e ambiente político.

“É verdade que empresas de rating lá de fora ainda insistem em considerar o Risco Brasil maior do que o argentino e o mexicano”, ressalta o cientista político Sérgio Abranches. Mas, continua, o Brasil já é o pólo de atração na região.

Entre as razões que ajudaram a melhorar a classificação do Brasil, estão não só os resultados do Plano Real, mas também a aprovação de emendas constitucionais como as do fim dos monopólios do petróleo, das telecomunicações e da navegação de cabotagem. Mas uma grande queixa dos investidores externos ainda é o atraso da reforma da Previdência Social, que abrirá mais espaço para os fundos de pensão privados. No entanto, o desequilíbrio fiscal ainda responde por grande parte do risco.